

Na primeira sessão da tarde, estiveram em debate "Os poderes públicos, o económico e o social", sob a presidência de Boaventura de Sousa Santos (Universidade de Coimbra). O relatório de introdução coube a Vitor Constâncio (Universidade Técnica de Lisboa) que, distanciando-se do economicismo apressado que pretende julgar sumariamente a intervenção do Estado na economia, lembrou que: "Os economistas têm muitas vezes uma visão redutora da realidade; e um certo tipo de pensamento económico ortodoxo, neoclássico, partindo de um conceito de racionalidade individual baseado na maximização do interesse próprio sujeito a restrições, e num conceito de valor social ou de racionalidade colectiva ligado à maximização das utilidades individuais, tem muitas vezes uma visão redutora da intervenção do Estado". Fizeram comunicações: Jean-Marc Dutrénit (Universidade de Lille), "A inserção e os seus efeitos económicos"; Maria Manuel Leitão Marques e Casimiro Ferreira (Universidade de Coimbra), "A concertação económica e social"; Gilles Martin (Universidade de Nice - Sophia Antipolis), "A privatização do social". No debate vieram à superfície, com especial força, questões da actualidade na concertação social, bem como o carácter estratégico da problemática desta sessão.

Fechando o congresso e abrindo os temas nele tratados a um relevante aspecto do seu futuro, dois deputados portugueses do Parlamento Europeu, Fernando Luís Marinho (Grupo Socialista) e José Barros Moura (Grupo Comunista), equacionaram o problema que lhes foi proposto: "E a Europa? (Do económico ao social)".

O encerramento solene dos trabalhos contou com a presença do Ministro do Emprego e Segurança Social do Governo português e do Magnífico Reitor da Universidade de Coimbra que proferiram breves alocações. Boaventura de Sousa Santos, Director do Centro de Estudos Sociais, fez o balanço do congresso, enunciando questões e problemas nele evidenciados que subsistem como desafios. Deu especial relevo, como proposta para se compreender o mundo de hoje, à divisão do sistema mundial "em três grandes centros e suas periferias, o centro norte-americano, o centro japonês e o centro europeu". Quanto a este refeiú a tentativa de resistir ao "seu eventual declínio", identificando-o como "um modelo que aceita um compromisso precário,

tenso, contraditório, mas sempre dinâmico, entre o económico e o social, regulado pelo direito, com uma forte participação do Estado".

A presença de universitários de diversos países, entre os autores de comunicações, bem como a de centenas de participantes, entre os quais bastantes estrangeiros; a qualidade das intervenções e a vivacidade dos debates; a escolha dos temas abordados, no âmbito da problemática global estruturante do colóquio — tornaram-no um êxito inequívoco que importa assinalar. ■

Rui Namorado

Seminário "Women's Studies and the Social Position of Women in Eastern and Western Europe"

Decorreu em Haia, de 21 a 27 de Novembro passado, o Seminário "Women's Studies and the Social Position of Women in Eastern and Western Europe", organizado pela European Network Women's Studies (ENWS).

A ENWS tomou a iniciativa de, pela primeira vez, organizar um encontro entre mulheres de quase todos os países europeus (apenas faltaram a Espanha e a ex-Alemanha Federal). Participaram 45 professoras universitárias, investigadoras e administradoras de instituições ligadas às políticas para a igualdade de oportunidades entre os sexos. A organização propunha-se fundamentalmente proporcionar um espaço de interconhecimento que pudesse superar a falta de informação, ou o excesso de desinformação, que tanto ajudou ao grande desconhecimento que cada lado da Europa tem sobre o outro.

Assim, para além de algumas temáticas mais específicas ("mulheres e tecnologias" e "mulheres e trabalho"), as atenções centraram-se nos grupos de trabalho dedicados à discussão do desenvolvimento dos "Women's Studies" nos vários países e à situação das mulheres nas sociedades da Europa de Leste. Foi, pois, com toda a naturalidade que a situação das mulheres dos países da Europa de Leste ocupou o lugar central das trocas de informação e de ideias, quer o espaço de interacção fosse o dos grupos de trabalho, quer fosse o do convívio informal.

Os termos em que estou a relatar este encontro acusam, porém, a teimosia em continuar a falar da Europa, enquanto uma entidade subdividida em duas metades mais ou menos homogêneas. A verdade é que no que diz respeito às questões das mulheres não se pode falar de duas Europas. Na Europa Ocidental, como na Europa de Leste, os países são fortemente contrastantes entre si. Pense-se, por exemplo, nos países nórdicos e nos latinos. Ao mesmo tempo é possível encontrar tendências claramente convergentes entre os países de ambos os lados.

As diferenças entre os vários países, quer de um lado quer do outro da Europa, surgem nas taxas de actividade feminina e na extensão da rede de equipamentos sociais de apoio à família. As similitudes são mais relevantes, do ponto de vista da reflexão sobre o lugar social das mulheres nas sociedades contemporâneas. Situam-se ao nível da participação das mulheres na esfera política, da sua quase exclusão dos postos de direcção e de administração de empresas e instituições, das diferenças salariais que discriminam a sua remuneração e da sua acumulação da dupla tarefa.

Antes da queda (ou derrube?) do muro de Berlim, era comum ouvir dizer que, nos países da Europa de Leste, os governos tudo faziam para promover socialmente a condição feminina, que o apoio dado à família era adequado ao trabalho assalariado das mulheres, que os problemas do trabalho doméstico se resolveriam assim que as dificuldades económicas fossem superadas. Não se justificava, assim, a existência de organizações autónomas de mulheres (com excepção das secções femininas dos partidos), pois as questões sociais das mulheres eram envolvidas no traje ideológico único que não admitia diferenciação nos problemas dos que em conjunto caminhavam para a sociedade comunista. Afinal, reconhece-se agora que isso era falso. No Ocidente, Hilda Scott, por exemplo, já denunciava nos anos 70 o socialismo real como organização social que discriminava as mulheres, mas tal como este tipo de literatura foi sempre censurada nesses países, qualquer tratamento público destes problemas era igualmente reprimido.

Um dos aspectos que, no entanto, mais sobressaiu no discurso das Europeias de Leste foi a sua preocupação com a procura de caminhos para o "agora", pondo um tanto de lado o remoer do passado.

Tal preocupação fazia-se sentir no entusiasmo com que se referiam ao forte envolvimento das mulheres na dinâmica social de transformação que atravessa os seus países, mas também nos receios de que práticas e discursos do passado tenham uma influência negativa nas mudanças actuais. As referências mais frequentes vão para o receio de que ao vazio religioso se suceda agora um fanatismo religioso que contamine a moral social e sexual, ou que o vazio deixado pelo colectivismo seja preenchido com o fanatismo do individualismo e do liberalismo económico que acabe por, como sempre, pôr em perigo as mulheres, enquanto sujeitos sociais mais fracos. É, aliás, interessante notar como a questão do mercado é objecto de sentimentos ambíguos e expectativas contraditórias. Por um lado, o mercado é visto como a nova organização económica desejada, como aquela que vai tirar aquelas economias do abismo a que o estatismo as conduziu, e, por outro lado, as qualificações e as capacidades necessárias a um desempenho competitivo são encaradas com extrema ansiedade.

Várias propostas e solicitações foram surgindo ao longo dos trabalhos, nomeadamente, de intercâmbio de *comunicação* (troca de revistas, programa de tradução de textos publicados nas línguas minoritárias, troca de especialistas, redes centradas em tópicos), de desenvolvimento da *coordenação* (criação de bancos de dados sobre pesquisa e recursos, redes internacionais para coordenar as associações nacionais), de promoção da *investigação* (sobre as áreas da política, da administração e do trabalho doméstico), de organização de *conferências* (sobre os direitos sociais, a transformação tecnológica e a educação) e de realização de *acções de formação* (em administração financeira e gestão, em relações públicas, e em "Women's Studies" — métodos de ensino e de pesquisa).

A necessidade de suprir as insuficiências de informação sobre "Women's Studies" foi constantemente assinalada e ela encontrou, de facto, tradução ao nível das recomendações finais do seminário. Portugal é um dos últimos países da Comunidade Económica Europeia que não possui uma organização específica que promova o intercâmbio entre as pessoas e as instituições interessadas nos "Women's Studies". A iniciativa já em curso no sentido de criar a Associação Portuguesa

‘Estudos Sobre as Mulheres’ leva-nos a pensar que tal será por pouco tempo. Oxalá, pois, para além do seu papel no quadro nacional, vai ser certamente um elemento chave da nossa ligação internacional, quase impossível de fazer ao nível individual, fora de qualquer quadro institucional.

Numa fase de paralisia dos movimentos das mulheres e de feminismo difuso, a presença dos “Estudos Sobre as Mulheres” no ensino e na investigação pode tornar-se uma forma de resistência importante, contra o que pensam certos sectores de opinião que vêm na académização, a que os Women’s Studies correspondem, uma desradicalização do feminismo. ■

Virgínia Ferreira

Os Cânones também se abatem—Notícia sobre o Colóquio *O Cânone nos Estudos Anglo-Americanos*, organizado pelo Grupo de Estudos Anglo-Americanos da F.L.U.C., 14-15-16 de Fevereiro de 1991

Lembro-me que em meados da década de oitenta, encontrando-me em suave recolhimento a participar, juntamente com algumas dezenas de colegas americanistas estudiosos da literatura, num seminário intensivo que decorria num elegante palácio de Salzburg, o remanso do retiro foi abruptamente interrompido pelas sessões de discussão de um livro algo polémico, então ainda no prelo. Tratava-se de *Sensational Designs: The Cultural Work of American Fiction 1790-1860*, de Jane Tompkins (Nova Iorque: Oxford University Press, 1985), obra em que a autora, com base no postulado fundamental daquilo a que chama “um novo tipo de crítica histórica”, propõe uma reavaliação da herança literária americana. Para tanto, Tompkins procede a um trabalho de desmontagem dos mecanismos de consagração institucional e popular de alguns exemplos de ficção americana do século XIX, demonstrando o modo como a relação específica com o tempo histórico e as mentalidades condiciona esse intrincado processo de inclusão/exclusão pelo qual o

perfil de uma literatura nacional vai sendo construído.

Por outras palavras, o livro de Jane Tompkins (por cujas intenções falavam inequivocamente capítulos com títulos como “A política da reputação literária de Hawthorne” ou “*A cabana do Pai Tomás* e a política da história da literatura”) visava o questionamento frontal da formação do chamado **cânone** literário, e surgia no contexto de uma então já longa sequência de provocações semelhantes—na sequência, de facto, de uma persistente e sistemática impugnação, por parte dos mais diversos quadrantes, da proverbialmente inexpugnável cidadela dos “clássicos”. Daí ter sido com alguma surpresa que assisti à reacção sobressaltada da elite académica presente em Salzburg, tanto mais que o pretexto primordial para o seu encontro tinha precisamente a ver com supostas “novas perspectivas” sobre a literatura norte-americana. E achei que as recusas mais vigorosas do estudo de Tompkins se deviam, por um lado à própria estratégia da autora (frontal e afirmativa numa área disciplinar que se habituou a valorizar o argumento especioso e a nuance bizantina), mas não menos ao facto de, na sua esmagadora maioria, os participantes no seminário provirem dos tradicionais departamentos de literatura (ou “English”).

Com efeito, dado que nestes é maior o lastro das poéticas convencionais, e em particular do New Criticism e seus avatares, sente-se também aí menos a disponibilidade para a interrogação radical. Uma interrogação que se começou a esboçar com o despontar de vozes minoritárias (de negros, mulheres, índios, “gays”, comunidade hispânica, etc.) que aos poucos se foram assumindo e impondo como alternativa legítima; que apertou o seu cerco ao *corpus* e aos padrões canónicos na sequência do interesse e procura crescente pelas áreas da “Popular Culture” e dos “American Studies” (com relevo para a cultura material e a História); uma interrogação, enfim, que se tomou irreversível em resultado do surgimento de metodologias transgressoras e da proliferação de departamentos novos (e seria ingénuo pensar-se que o assalto ao cânone não passa às vezes também por meras demarcações territoriais no interior de um espaço profissional congestionado pela concorrência).

Seja como for, a polémica à volta do cânone veio para ficar. No cerne da